

## **Cidade e memória: investimentos e celebrações do sesquicentenário da imigração alemã em Blumenau em 1974**

*City and memory: investments and the sesquicentennial celebrations of German immigrants in Blumenau in 1974*

**Ricardo Machado**

Doutorando, PPGH-UFSC

ricardomachado1982@gmail.com

Resumo: Blumenau é uma cidade situada no nordeste de Santa Catarina e faz parte de uma região que passou a ser reconhecida como Vale do Itajaí. Esta demarcação, inicialmente ligada a uma localização geográfica – ao Rio Itajaí-Açu – hoje é interpretada como uma localização cultural. Esta localização é atravessada por elementos identitários que constroem unidade e sentido para palavras como imigração, trabalho, raízes e tradição. Esta comunicação é parte de reflexões que serão desenvolvidas em forma de tese, onde pretendo discutir este processo de invenção da cidade etnicizada, através da constituição de um discurso histórico e de investimentos em uma política de memória. Nesta pesquisa tomaremos como fonte aquilo que a cidade produziu, no período de 1974 a 2000, relativo à sua própria história.

Palavras chave: Cidade, Regimes de Historicidade, Blumenau.

*Abstract: Blumenau is a city located in the northeast of Santa Catarina and is part of a region that became known as Vale do Itajaí. This demarcation, initially related to a geographical location - the Itajaí-Açu River - is now interpreted as a cultural localization. This location is crossed by identifying elements that build unity and meaning to words such as immigration, work, roots and tradition. This communication is part of a set of reflections that will be developed, which I intend to discuss this process of invention the city ethicized, through the establishment of a historic speech and investments in a politics of memory. This research will take as a source that the city produced in the period from 1974 to 2000 on its own history.*

*Keywords: City, Regimes of Historicity, Blumenau.*

Nas últimas décadas vivemos um verdadeiro drama relativo ao medo do esquecimento, que levou a um profundo investimento em políticas de museificação das cidades através da criação de monumentos, museus, tombamentos patrimoniais e da criação de grandes acervos arquivísticos usando do registro e compilação de quase tudo que existe. Além disso, é notório crescente interesse pela História, marcado pelo conjunto de publicações populares, e também pelas celebrações públicas de datas comemorativas, ligadas a um conjunto de efemérides que passaram a ser lembradas pelas cidades, regiões e países. Esta ênfase no passado traz não somente a necessidade de pensar o próprio ofício do historiador e

seus procedimentos ligados a tradição acadêmica, bem como, o conjunto de publicações produzidas por pesquisadores a margem da universidade (memorialistas, jornalistas, cartunistas) e, sobretudo, as instituições atuantes neste campo como os arquivos, universidades e instituições governamentais.

A percepção destes investimentos políticos sobre o passado fez com que os historiadores de ofício retomassem a da memória e os regimes de historicidade como tema fundamental em suas problematizações. Em seus trabalhos Hartog propõe a uma série de reflexões que a experiência da temporalidade situa para o historiador contemporâneo a partir da noção de regime de historicidade. Para ele a formulação moderna de tempo é estruturada pela idéia de progresso, na medida que é o que futuro conduz as possibilidades de explicação para o passado. É justamente neste período, onde há um processo intenso de modernização na vida urbana que surgem as primeiras políticas de conservação patrimonial, e a invenção da própria história enquanto saber científico. Com isso, podemos dizer que as políticas da memória são efeitos da modernidade, ou ainda, que o desejo do progresso produziu intensas transformações às formas de representação do tempo. É neste momento em que a história é organizada enquanto uma “ciência do passado, mas esta ciência por sua vez tornou-se teleológica: mostrou como o moderno Estado-nação se desenvolveu de origens remotas no passado. Se há alguma lição, ela vem, por assim dizer, do futuro, e não mais do passado.” (HARTOG, 2003, p. 13)

Para Hartog, este regime teria o ano de 1989 como marco de ruptura. Para distinguir o regime de historicidade da noção de época, Hartog insiste que não se trata de um tempo homogêneo, pois ele apresenta um conjunto de fissuras. Mas a fenda que quero destacar no texto de Hartog se dá justamente nos anos de 1970. Para ele, apesar de não ser de forma tão bombástica como em 1989, esta década “mostrou-se ansiosa acerca da questão da identidade, numa busca pelas raízes, uma ânsia de memória, preocupada com o ‘patrimônio’, atormentada pela conservação de monumentos, de lugares antigos ou não tanto, e a preservação da natureza” (HARTOG, 2003, p. 29). Ilustra com o surgimento de um conjunto de iniciativas preocupadas com a “com a recuperação do que fora perdido, ou estava para ser perdido ou inquieta com o que fora esquecido.” (HARTOG, 2003, p. 13)

A presença permanente em nosso cotidiano das palavras memória e patrimônio podem ser lidas como um indício de um forma de relação com o tempo, que para Hartog (2006, p.265), ilustraria a formulação de um novo regime de historicidade, identificado com o

presentismo. Fazendo referência a famosa frase de Michelet apropriada por Benjamin, Henri-Pierre Jeudy indica que este excesso de patrimônio é um sintoma de que “não se sonha mais com a época seguinte. O sentido mais corrente atribuído à conservação patrimonial é o da manutenção da ordem simbólica das sociedades modernas.” (JEUDY, 2005, p. 19). Seguindo esta análise, três palavras tornaram-se o lema em fins dos anos 1970: memória, patrimônio, comemoração. Seus efeitos estavam implicados com uma experiência de um passado exótico, marcado pela perda. Para Hartog, estas três palavras levaram à uma outra que foi a palavra chave dos anos 1980: identidade.

A memória transformada em um dever instaura um estado culpabilizante pela perda e produz um estímulo político de rememoração, na medida que o esquecimento passou a ser visto como um crime.<sup>1</sup> Para Jeudy, (2005, p. 15) “se o risco do esquecimento engendra a culpa e legitima os projetos de revisitação da história, a conservação patrimonial nos dá como compensação a nostalgia. Mas o gozo da nostalgia se transforma depressa em morbidez.”

É neste ponto que pretendia chegar. Afinal, o que justifica o recorte desta pesquisa, é justamente a possibilidade de através da análise da cidade de Blumenau refletir sobre as relações entre os as transformações urbanas, investimentos sobre o passado e, suas apropriações identitárias (neste caso, extremamente caras a região do Vale do Itajaí). Isso traz para o campo da reflexão não só a construção das noções de identidade e diferença, mas também, o conjunto de investimentos produzidos intelectualmente sobre o passado e suas implicações políticas no tempo presente.

Em sua tese, André Voigt (2008) desenvolve uma história do conceito de Teuto-Brasileiro e suas implicações através da construção de uma distinção contemporânea de cultura e política.. Para ele, “a preservação da cultura será o mecanismo político de acomodação destas populações em um consenso definitivo, igualando seu passado ao presente

---

<sup>1</sup> Na França já há um longo debate sobre o ofício do historiador e as implicações políticas da memória. Neste caso, estão intimamente relacionadas com as chamadas Leis memoriais que a tornaram política de Estado o dever da memória e normatizam interpretações de eventos traumáticos como o massacre armênio, a escravidão do continente africano e o holocausto na Alemanha. Estas leis acabaram por dividir politicamente de maneira rígida os historiadores. De um lado historiadores como Marc Ferro, Pierre Nora, Pierre Vidal-Naquet, Paul Veyne que assinaram a petição “Liberdade para a História” publicada em 2005 no Jornal *Liberation* (<http://www.lph-asso.fr>). Nela este grupo afirma que a História não é escrava da atualidade nem se confunde com a memória, e que todas as leis de natureza memorial restringem a liberdade de pesquisa histórica. Por outro lado, o grupo de historiadores reunidos no ‘Comitê de Vigilância sobre os usos públicos da História’ (<http://cvuh.blogspot.com/>), liderado pelo historiador Gerard Noiriel as Leis ilustram um engajamento positivo da memória nas lutas políticas contemporâneas. Sobre isso ver: HEYMANN, Luciana Q. “O *devoir de mémoire* na França contemporânea: entre memória, história, legislação e direitos”. In: GOMES, Ângela de Castro. (org.) **Direitos e Cidadania: memória, política e cultura**. Rio de Janeiro: FGV, 2007 pp. 15-44.

e ao futuro, fazendo da sua história a eterna confirmação de sua identidade.” (VOIGT, 2008, p.190) Também foi final dos anos 1970 e ao longo dos anos 1980 que as chamadas minorias étnicas entraram para o debate nacional. No caso do Vale do Itajaí, a afirmação identitária produziu uma concepção de desenvolvimento regional, marcada pela diferenciação moral dos sujeitos através daquilo que passou a ser interpretado como um *ethos* cultural. Pelo menos desde “A Colonização e Indústria no Vale do Itajaí” (HERING, 1987) as palavras economia, moderação e autocontrole estiveram coladas nos corpos dos sujeitos desta região. Esta constante na afirmação deste diferencial cultural trazido pela imigração será determinante nas interpretações sobre a região, em distintos campos das ciências humanas.

### O sesquicentenário da Imigração Alemã em Blumenau

O ano de 1974 será fundamental para compreendermos as imbricações entre os investimentos na memória, os usos do passado e suas apropriações identitárias na cidade de Blumenau. É o ano em que a cidade passou por um conjunto de celebrações e comemorações unificando as efemérides dos 150 anos de imigração alemã para o Brasil, com a de 124 anos de fundação da cidade de Blumenau. Inclusive esta unidade foi construída por um calendário de eventos criado pela municipalidade que percorria os meses entre julho e setembro. Além disso, foi neste ano que se estabeleceu a materialidade a um conjunto de acontecimentos que ilustram estes novos investimentos e que instauraram a necessidade de se estabelecer regularidade nas celebrações e comemorações nos anos que se seguiram.

Através da iniciativa da prefeitura de Blumenau, em 1974 foi realizada uma ampla mobilização em nome do traslado da Alemanha para o Brasil dos restos mortais de H. Blumenau,<sup>2</sup> e a criação de um mausoléu em sua memória no centro da cidade de Blumenau. A criação deste memorial é fundamental, na medida que torna-se lugar fundamental para as celebrações que passaram a ser realizadas anualmente em comemoração ao aniversário da cidade. Todos os anos desde 1974, nas manhãs do dia 02 de setembro, acontece um grande

---

<sup>2</sup>. Hermann Blumenau fundou a colônia em 1850 como empreendimento particular para assentamento de imigrantes. Em 1860, vende-a para o governo imperial e torna-se administrador como funcionário do governo. Em 1884 retorna com sua família para a Alemanha, onde falece em 1899. Em 1974 também foram trasladados os restos mortais de sua esposa Bertha e sua filha Cristina. Além destes, após a inauguração do mausoléu foi removido os restos mortais de seu filho Otto que estava enterrado em no cemitério evangélico da cidade de Blumenau

rito fúnebre em memória a H. Blumenau e a imigração alemã, que reúne lideranças políticas, organizações como Lions, Rotary, lojas maçônicas e grupos folclóricos. Apesar de público, o tom oficial destas comemorações restringe a este público e poucos moradores da cidade. Ainda que de forma curiosa, estas celebrações, mesmo que ltuosas por terminarem com a entrega de coroas de flores nos túmulos da família Blumenau, é na verdade a comemoração do aniversário da cidade. Após estas cerimônias, acontece um grande e prestigiado desfile com muitas referências a representações do passado de Blumenau. Le Goff em seu livro *História e Memória*, já indicava que o monumento funerário é o domínio de um tipo de memória particularmente valorizada: a morte (LE GOFF, 1992, p. 535). No entanto, neste caso, é justamente a memória fúnebre que serve de local de exaltação das relações entre política e cultura como ato afirmativo do passado.

No Jornal de Santa Catarina de 03 de outubro de 1974, há diversos textos e imagens dedicadas aos acontecimentos do traslado e inauguração do mausoléu. Segundo o texto publicado na parte central da página, as comemorações ocorreram ao longo do dia, tendo princípio, numa homenagem em frente ao monumento do imigrante. Em seguida, fazendo uso de uma barca, um grupo de atores usando roupas antigas, subiram o rio Itajaí-Açu até o entroncamento com o Ribeirão da Velha carregando as urnas com os restos mortais de Blumenau e sua família. Debaixo de forte chuva, os atores subiram até a superfície da margem do rio onde caminharam junto a um grande desfile até o mausoléu para realizar sua inauguração.<sup>3</sup>

Ainda na edição de 03 de setembro, há uma coluna intitulada “Ponto de Vista”, sem autoria definida afirma que “os blumenauenses souberam demonstrar, ontem durante o transcurso de toda a programação alusiva a mais um aniversário da cidade, seu apego às tradições e o amor a sua terra. A chuva que insistia em cair durante toda a manhã não conseguiu tirar o entusiasmo e afastá-lo das ruas.” Este texto, não seria incomum se não fosse sua continuação:

Como contribuição aos festejos do sesquicentenário da imigração alemã no Brasil, Blumenau soube se manter fiel ao espírito das homenagens que se prestam em todo o país aos bravos e corajosos imigrantes germânicos. Em todos os setores da comunidade ainda se guarda a sua influencia e o trabalho

---

<sup>3</sup> Para conhecer maiores detalhes a este respeito: NICOCELI, Vanessa. O Retorno do Colonizador: representações da memória no traslado dos restos mortais de Hermann Blumenau e a construção do Mausoléu Dr. Blumenau. Trabalho de Conclusão de Curso. FURB. 2009. 84 f

por eles iniciado prossegue 124 anos depois. A cidade soube se portar, tributando a eles e ao seu fundador uma homenagem digna e merecida. Os excessos antecipados que se cometeram ficam por conta do entusiasmo. Mas, mas eles foram tão poucos que a festa de ontem em Blumenau ficará guardada para sempre como uma das mais legítimas e originais homenagens eu já se prestou ao imigrante e ao serviço que ele prestou a comunidade. (JORNAL DE SANTA CATARINA, 03 set. p. 9)

Estes excessos ao qual o jornal trata não é uma referência a nada do que a página daquela edição ilustrava. Para compreender frases como “a cidade soube se portar” e “os excessos antecipados”, foi preciso retornar nas páginas do mesmo jornal e conhecer a longa polêmica através da imprensa local que percorreu os meses que antecederam a inauguração do mausoléu, envolvendo a população local e diversas instituições sociais e políticas. Estes acontecimentos ilustram uma complexa discussão a respeito dos investimentos em torno de sua memória e que por isso merece ser conhecidos no detalhe.

#### Os Ossos do Blumenau<sup>4</sup>

Ao longo dos meses que antecederam a inauguração do mausoléu em 1974, ocorre um longo debate nas páginas dos jornais da cidade a respeito da legitimidade dos traslado dos restos mortais da Alemanha para o Brasil e a construção de um mausoléu que guardaria seus restos mortais e seria um monumento à memória do fundador da cidade. Uma pequena notícia anunciando o início da construção no dia 29 de março foi o estopim para uma série de artigos (somente no Jornal de Santa Catarina foram mais de vinte) debatendo este tema. No centro da polêmica, estavam o executivo municipal, na figura do prefeito Félix Theiss e sua base aliada na Câmara dos Vereadores, as lojas maçônicas da cidade, o Lions Club e o jornalista Luiz Antonio Soares que no momento possuía uma coluna diária assinando com o pseudônimo de Túlio Maraschino. Em paralelo, através de manifestações na coluna ‘Do

---

<sup>4</sup> Este subtítulo faz referência à carta publicada em 18 de abril de 1974 em que José Nogueira dos Campos afirma: “depois de finda a novela ‘Ossos do Barão’ parece que agora temos outra no ar: “os ossos do Dr. Blumenau” que muitos teimam em chamar de mausoléu”. Continua: “os primeiros capítulos até que foram emocionantes mas, passados alguns dias, começou a se repetir tudo. E, que é pior, os artistas começaram a brigar entre si prejudicando o bom(?) andamento dos trabalhos”. Nogueira Campos, faz referência a novela “Ossos do Barão”, que foi uma telenovela produzida pela TV Globo e exibida às 22h, de 10 de outubro de 1973 a 31 de março de 1974. (CAMPOS, 1974. p. 2).

Povo’, surgiram dezenas de cartas assinadas por moradores da região, sendo que em alguns casos tudo leva a crer que tratavam-se de pseudônimos.

Esta longa polêmica, ultrapassa os limites das disputas políticas corriqueiras, na medida que traz a público um conjunto de interpretações sobre as transformações urbanas que a cidade passava, as noções de patrimônio e sua relação com o surgimento da então nova indústria do turismo, e ainda, a disputa a respeito das interpretações do passado. Assim, ao mesmo tempo que vivenciou-se um período de um complexo investimento na construção de uma cidade marcada pelo seu passado, também produziu a possibilidade de visualizarmos os relampejos deste confronto.

A alavanca desta longa discussão se dará pela extensa carta intitulada “Mausoléu para quê?” de um certo Jorge Bocaiúva como reação a notícia publicada dias antes. Nela ele afirma que a manutenção da lápide de H. Blumenau na Alemanha já seria suficiente para produzir o “justo ufanismo em todos os seus patrícios, estreitando assim os vínculos afetivos nacionais. Mas se confirmada a translação dos seus restos mortais, extinguir-se-á uma honrosa e simpática lembrança.” (BOCAIÚVA, 1974a, p.2) Continua seu argumento, apresentando que a ideia de construir um mausoléu como lugar turístico não passaria de ingenuidade. Para Bocaiúva, “um mausoléu não passa de uma sepultura enfeitada e para que se sabe, os túmulos dos mortais comuns não são ainda motivo de grandes romarias. Se o Dr. Blumenau fosse um taumaturgo famoso, talvez então a coisa funcionasse. Mas, ao que consta, ele não foi nem é milagroso.” (BOCAIÚVA, 1974a, p.2). O preço de sua construção, em torno de 400 mil cruzeiros era visto como exorbitante para a construção de uma sepultura, “a não ser, é obvio, que o prefeito municipal pretende ser enterrado ali com todo seu secretariado. Mesmo assim, é duvidoso que tal sepultura venha se transformar em atração turística. Afinal de contas, pagode chinês é sucesso apenas no oriente” (BOCAIÚVA, 1974a, p.2). Em resumo, seus argumentos giram em torno da necessidade da cidade construir um conjunto de infra-estruturas (ruas, pontes, água encanada, energia elétrica) que beneficiaria o turismo e os moradores da cidade, e também, de que a construção de um mausoléu não atrairia número significativo de turistas. Termina seu texto apelando para o bom senso da câmara de vereadores que poderia impedir tal atitude do executivo.

Logo após a publicação da carta de Bocaiúva, o executivo municipal reage através de uma grande publicação do ‘Serviço de Imprensa da Prefeitura de Blumenau’ no mesmo

jornal. Na nota, o SIP faz uso da legitimidade dada as palavras do historiador local, José ferreira da Silva, que teria dito em várias oportunidades:

Ao se executar o translado dos restos mortais do fundador desta cidade, a homenagem que devemos prestar deve ser isenta, sob todas as formas e maneiras, de acanhamento. As honrarias devem ser vistas sob ângulo seríssimo, pois mais do que ninguém, merece o Dr. Blumenau a nossa homenagem maior, pois trata-se de uma figura que isenta de toda e qualquer vaidade, dotada de um espírito altamente nobre, labutou por um país que, afinal não era seu. (SERVIÇO DE IMPRENSA... 1974. p. 4).

Em seguida, reconhece que a homenagem inclui “a fixação do símbolo da maçonaria em homenagem às duas lojas maçônicas existentes em Blumenau, tendo em vista que o Dr. Hermann Bruno Otto Blumenau foi fundador da primeira loja maçônica de Blumenau, então denominada Palma da Paz” (SERVIÇO DE IMPRENSA...1974, p. 4). Afirma que a iniciativa da construção não partiu do prefeito, mas sim do povo através dos clubes de serviço (Lions), e que as contestações parecem indicar que estão “querendo, alguns que se cave uma sepultura apenas, para jogar ali, ossos do fundador.” Em seguida, estabelece relação do tema com a tradição dos imigrantes:

Existem (pessoas) em Blumenau que, (esta não é a primeira vez), sempre que alguma iniciativa é tomada com vistas à exaltação das gratas tradições emanadas da velha Europa, e trazidas pelos pioneiros colonizadores e pelos que os sucederam através das gerações na imigração, assim como tudo o que se programa em defesa do culto àqueles que, com estoicismo implantaram aqui esta maravilhosa civilização de gente generosa, trabalhadora e boa, voltam-se contra essas iniciativas, pelo simples prazer de contrariar. (SERVIÇO DE IMPRENSA... 1974, p. 4)

Segue ressaltando que este tipo de contestação, como a carta de Bocaiúva, só pode ter partido de alguém que “talvez vivendo muitos anos em Blumenau, ainda não se integrou ao espírito comunitário maravilhoso deste povo.” (SERVIÇO DE IMPRENSA... 1974, p. 4). E que por isso permitiria “o desrespeito “a tudo o que se relaciona com as tradições de Blumenau e os verdadeiros blumenauenses com tanto orgulho conservam e procuram enaltecer sempre dentro dessas tradições os aspectos culturais, sociais e esportivos, como é o caso das sociedades de atiradores, hoje com características e de popularidade e admiração em

todo país” (SERVIÇO DE IMPRENSA.. 1974, p. 4). Para finalizar, o SPI investe no argumento da relação entre o momento e a possibilidade de trazer o passado para o presente:

Neste ano do Sesquicentenário da Imigração Alemã no Brasil, quando se pretender consagrar o enaltecimento com o traslado dos restos mortais de seu fundador, para localizá-lo num mausoléu que servirá de motivo e admiração e respeito das gerações presentes e futuras, uma obra que não será luxuosa, mas austera e nobre, em atenção aos manifestos desejos do saudoso historiador José ferreira da silva, quando se procura trazer o passado ao presente e transferi-lo através desse monumento para as gerações futuras, uma minoria de pessoas parece não pertencer ao espírito do verdadeiro blumenauense, levanta-se com armas de ofensas e desrespeito não só à memória do fundador, destinado-lhe uma simples cova, mas à autoridade constituída procurando enxovalhar tudo, pelo simples prazer de contestar, de perturbar, de anarquizar.

Blumenau tem sobrepujado em outras oportunidades, situações dessa espécie, reagir contra os que procuram destruir aquilo que mais reflete na alma de um povo: a tradição. E não será ainda desta vez que maus intencionados superarão às boas iniciativas de seus verdadeiros filhos. (SERVIÇO DE IMPRENSA.. 1974. p.4. Grifo meu)

No dia 07 de abril, Marcondes Marchetti dá continuidade à discussão, desta vez atravessa os limites da questão do mausoléu para colocar em discussão a própria imagem do homenageado perguntando-se:

Verdadeiramente, quem foi tal personagem em vida? Possuía realmente a grandeza mítica que se lhe atribui? Quais eram suas opiniões pessoais sobre a colônia, sobre os colonos, sobre os brasileiros, sobre as autoridades de então, sobre os riscos que corriam os primeiros ingênuos que acreditavam nas maravilhas que se contavam na Alemanha sobre o Brasil, e que para aqui vieram crédulos? (MARCHETTI, 1974, p. 2).

Marchetti reivindica para si uma interpretação mais verdadeira do passado na medida que teve acesso a documentos que teriam sido escondidos pelos responsáveis por sua guarda. Segundo Marchetti, Hermann Blumenau teria uma opinião a respeito do Brasil que destoaria muito da imagem que então vinha sendo construída e que “em suas cartas pessoais, não nas oficiais, estão registradas essas opiniões, mas lastimamente, os encarregados da guarda dessas cartas, há alguns anos, tiveram o cuidado de selecionar as que deveriam ser conservadas, e tendo o cuidado minucioso de queimar as comprometedoras.” (MARCHETTI, 1974, p. 2). E complementa:

Assim, uns poucos sabem que Hermann Blumenau nunca admitiu a possibilidade de descansar seus restos ‘neste país de índios e brasileiros’. Preferiu o retorno a sua modesta cidade na Alemanha que a companhia de tantos outros que para aqui atraíra. Estes então mereceriam primeiro um mausoléu. Aquele pode estar lastimando o destino que agora preparam para suas cinzas. (MARCHETTI, 1974, p. 2)

Encerra seu texto, sustentado entre e que um dia será esta verdade será revelada e “aqueles que procuram a verdade histórica, se não o sabiam, ficarão satisfeitos, e os mistificadores, estes sim jogarão as pedras da casa que começa a ruir.” (MARCHETTI, 1974, p. 2)

No dia 12 de abril, desta vez no jornal A Nação, foi publicado um longo texto, também assinado por Jorge Bocaiúva. Neste, o autor compara a construção do mausoléu para H. Blumenau com outros mausoléus erigidos no passado: ao rei Mausolo em IVa.C, Mausoléu do Soldado Constitucionalista em São Paulo, Pantheon Nacional do Rio de Janeiro etc. Segundo seu argumento, se comparado ao custo destes monumentos, a homenagem a H. Blumenau sairia por um valor modesto. No mesmo texto, compara os gastos com o mausoléu com os investimentos realizados na cidade para reafirmar seu baixo custo. Encerra seu texto da seguinte forma: (...) olhando estes aspectos e, conhecendo agora os detalhes do modesto mausoléu que Blumenau quer erguer a memória, e para o abrigo, dos restos mortais, de seu fundador, (...) reconheço minha precipitação das críticas e dou a mão a palmatória ao apoiar incondicionalmente, a construção do mausoléu” (BOCAIÚVA, 1974b, p. 2).

No dia 16, Jorge Bocaiúva retorna à seção “Do Povo”, do Jornal de Santa Catarina, para responder as acusações de ‘mal Blumenauense’ da SIP, confirmar sua própria existência e reafirmar suas posições. Segundo informa, dias após a sua primeira publicação, alguém fez uso de seu nome ao publicar uma carta no jornal “A Nação” justamente contradizendo todos seus argumentos da carta inicial. Além disso, em discussão na Câmara Vereadores havia declarado sua inexistência. Para desmentir esta afirmação, Bocaiúva recorre traz a informação de que teria outras publicações de textos em jornais e revistas. Para ele, mais ao invés de perder tempo em querer saber sua identidade, os administradores deveriam levar em conta seus argumentos. BOCAIÚVA, 1974c, p. 2)

Dois dias antes desta segunda carta de Bocaiúva, o próprio colunista Túlio Maraschino publicou um longo e irônico texto intitulado “Um é alugado”, onde retoma a discussão do

mausoléu nas páginas do jornal. Maraschino inicia dizendo que “fique bem definido, desde logo para confirmar em expressão ligeira, e rasa, que há Bocaiúva e Bocaiúva.”. Insiste na suspeita de duas pessoas assinando com o nome de Jorge Bocaiúva:

[...] para configurar uma não menos estranha confusão, aparece um novo Bocaiúva, de pedigree manifestamente falsificado, a arrepender-se dos seus atos e atitudes, numa guinada de noventa graus, extravasando os seus pendores em carta e artigo publicados sexta feira em a Nação e de cujos textos – ainda que muito pobres de estilo ( o próprio jornal declara ter notado a diferença) tiram-se números, cifras e outros guisados obviamente extraídos de uma fornada a que só determinadas pessoas teriam acesso. (MARASCHINO, 1974, p. 9).

Túlio Maraschino considerava-se interlocutor privilegiado desta discussão. No período era responsável pela coluna “Opinião” publicada diariamente no Jornal de Santa Catarina. Nestes meses, escreveu diversos textos que mencionava o mausoléu, inclusive assumindo a autoria da proposta dada ao Lions Clube para sua criação. No entanto, ao longo de seus posicionamentos, passa a ser questionado:

Num dos corredores da cidade – e como há corredores nesta cidade – as paredes surdas não resistiram à pressão dos gestos sorridentes e sarcásticos da população:  
- o Marasca ficou maluco. (já disseram isso de mim não poucas vezes). Largou no Lions a idéia de trazer os restos do morto e agora levanta barricadas de antagonismo. (MARASCHINO, 1974a, p. 9).

Em sua coluna, Maraschino apresentava-se como uma entusiasta da exaltação da imigração alemã e sua contribuição para o desenvolvimento, no entanto, ao longo do processo torna-se um crítico da obra do mausoléu, por perder seu intuito de homenagear para perder-se simplesmente em nome de uma atração turística.

A longa carta “Cultura, as tradições e bom senso”, de Hermann Fucks, responde diretamente a nota oficial da prefeitura. Reage ao tom de irritação contido na nota, e que isso só poderia ser entendido como “forma de tentar esconder a evidente fragilidade das razões para a trasladação para a construção do mausoléu. Porque, se os motivos fossem mesmo ponderáveis, a nota deveria ser mantida um tom nobre e austero, compatível com a figura do

homenageado.” (FUCKS, Hermann. 1974, p. 2). Em seguida, argumenta a respeito do “respeito às tradições” e a homenagem às lojas maçônicas:

Mesmo à principal razão invocada, naquela nota oficial, para a transladação dos restos do fundador da nossa cidade, o ‘respeito às tradições’, contrapõe-se outra, inquestionavelmente de muito maior sentido e valor, ‘o culto às legítimas tradições teuto-brasileiras’: na Alemanha o Dr. Blumenau está prestando serviços mais importantes à divulgação do nosso município e do Brasil e ao fortalecimento da amizade entre as duas nações que poderá prestar aqui, mesmo instalado o mausoléu.

Porque então a prefeitura não quer, ou não pode, desistir da idéia? Isto o SI não soube explicar – e, no entanto, é o que realmente interessa mais ao povo saber. Porque, ao contrario do que os retóricos do SI andam apregoando, a idéia do mausoléu não foi uma iniciativa partida do próprio povo. Se fosse porque a homenagem às lojas maçônicas, sabidamente um grupo minoritário de cidadãos, em vez de uma homenagem, por exemplo, aos nossos clubes de serviço? (FUCKS, Hermann. 1974, p. 2).

Encerra seu texto, repetindo os argumentos de outros leitores e de articulistas do jornal. Para Fucks, se for feita uma pesquisa de opinião que o povo ao invés do mausoléu, preferiria “ruas pavimentadas, água potável, escolas, assistência social, estradas municipais, biblioteca, a nova prefeitura, ruas sem buraco, a avenida beira-rio, trânsito ordenado, iluminação pública, esgotos e canais, etc. Afinal de contas, *est modus in rebus*” (FUCKS, Hermann. 1974, p. 2). Também, Mathias Schroeder, em carta para a seção, questiona se a construção do mausoléu é a única forma de respeito das tradições. Segundo ele, “o arquivo histórico municipal, depositário legal das nossas tradições funciona, no entanto em condições precaríssimas e em instalações indignas do seu papel. Também nossa biblioteca municipal funciona em condições de grande penúria, embora seja uma fonte perene de ensinamentos, tradições e cultura de todo o povo” (SCHROEDER, 1974, p. 2).

Em boa parte dos textos críticos à construção do Mausoléu, existe uma oposição centrada na necessidade de criação de equipamentos urbanos. Frederico da Silva Filho, operário, retoma os argumentos de Bocaiúva, mas neste caso, prioriza o tema da mobilidade urbana e solicita a publicação dos nomes dos vereadores que votaram a favor da construção do mausoléu:

Será que nossas autoridades pensam mesmo que podem erradicar a péssima impressão dada pelas ruas abandonadas em erguer um pagode para os restos mortais de nosso fundador? Sou operário da Cia Hering a 16 anos e, como muitos dos meus colegas, fui obrigado a largar a bicicleta e gastar meu

dinheiro com ônibus, já que a prefeitura deixou a rua Hermann Hering em completo abandono. (SILVA FILHO. 1974, p. 2)

Na mesma edição, Ademar Hans Gruber, manifesta interesse naquilo que ele chama de novela “Mausoléu para o Dr. Blumenau.” Reconhece o merecimento da homenagem, mas questiona a representatividade da iniciativa da construção: “dizer também que a iniciativa partiu do povo é outra bobagem maior, pois o povo não deu credenciais de representação ao Lions ou outro clube de serviço.” (GRUBER, 1974, p. 2). Em seguida, estabelece relação entre a iniciativa e a necessidade de afirmação da tradição: “dizer também que devemos respeitar a tradição é outra estória... tradição não paga dívidas, não enche barriga, não pavimenta estradas, não fornece energia, não repara a Avenida Beira Rio, não faz obras de infra-estrutura. Tradição é muito bom... acompanhada de uma alta conta bancária.” (GRUBER, 1974, p. 2). Encerra sua carta, fazendo uso da ironia: “mas, se não souberem voltar atrás neste momento e dizerem que tudo o que foi escrito contra o mausoléu são palavras e na mais do que palavras, provarão mais uma vez que ‘as *inguinorâncias* *atravancam os progréssio*’.” (GRUBER, 1974, p.2)

Em meio a dezenas de cartas que reagiram criticamente à construção do Mausoléu, o engenheiro Juerjem Otto Berner<sup>5</sup> contrapõe de forma dura os argumentos de outros leitores que publicaram cartas na coluna nos dias anteriores. Retoma a honra das realizações como justificativa e apela pra a biografia do fundador estabelecendo continuidade entre os críticos do colonizador com os críticos da construção do mausoléu. Segundo Berner, “o Dr. Blumenau foi sacrificado por indivíduos absolutamente medíocres, que quiseram embaraçar sua obra meritória, não há nenhuma dúvida, e muitas cartas por ele escritas demonstram isso. O que não se concebe é que ainda hoje haja indivíduos medíocres que não admitem a grandiosidade da obra por ele realizada.” (BERNER, 1974, p. 2). Em seguida continua: “quando o Dr. Blumenau voltou à Europa, já havia sido inimizado aqui pela mesma corja de medíocres, que sempre existiu e sempre invejou os grandes homens e suas realizações. Voltou porque não tinha mais emprego. Antes fora diretor da colônia.” (BERNER, 1974, p. 2). Encerra o texto, questionando a legitimidade das críticas em relação à construção: “a idéia de construir um mausoléu brotou aqui. A iniciativa é blumenauense, do povo, por intermédio de seus

---

<sup>5</sup> Provavelmente há um problema na grafia impressa no jornal. Ao invés de Juerjem Otto Berner deve tratar-se do engenheiro químico JÜRGEN OTTO BERNER (<http://www.afsc.org.br>). Optamos em manter a grafia conforme publicada no jornal do dia 17 de abril de 1974.

representantes, os vereadores, e dos clubes de serviço. Não sei porque uma pessoa de fora, de Blumenau se assiste no direito de opinar sobre um assunto que só a nós assiste” (BERNER, 1974, p. 2).

No dia 19, Pedro da Silva diz não ter nada contra a transladação dos restos mortais do fundador, mas de que a cidade teria outras prioridades. Sua carta, responde diretamente a possibilidade de mesmo os não nascidos em Blumenau possam debater as questões da cidade, pois segundo ele, “não pretendem deixar esta terra, como fez a esposa do Dr. Blumenau “que preferia a vida mais confortável numa cidade com gente de maior nível cultural”(carta do engenheiro Berner na edição do dia 17).” (SILVA, 1974, p. 2).

Neste artigo fiz uso de somente algumas das discussões empreendidas nas páginas dos jornais no ano de 1974. Esta pesquisa, ainda inicial apresenta uma complexa articulação, por vezes conflituosa entre identidade, tradição e memória. A construção arquitetônica do mausoléu foi também uma tentativa de construir visualmente uma relação do presente com o passado. O esbanjamento ou a serenidade e austeridade deste monumento, e todos os significados que carrega consigo estão marcados por estes debates que constituem possibilidade de afirmação das imagens da imigração que estiveram cada vez mais presentes na cidade ao longo das décadas que se seguiram. Jeudy (2005, p. 15) indicou que “a repulsão inspirada pela exibição dos vestígios conservado, da sua teatralização excessivamente despropositada, pode da mesma maneira engendrar o ódio ao patrimônio. E somos tomados por ele quando o excesso de conservação, o poder infernal das raízes anulam a vida presente, destituindo-a de seus encantos.”

Estes pequenos fragmentos, mesmo que dispersos, compõem uma unidade que possibilita a reflexão sobre investimentos na memória e os usos do passado. Estas reivindicações, sua defesa e crítica ilustram o princípio da construção de uma cidade marcada pelo passado e por aquilo que passou a ser identificado como tradição. Por outro lado estes confrontos estão vinculados a transformações mais gerais, de maneira que estas breves notas que podem ser lidas como o sintoma de uma transformação relativa à constituição de distintos investimentos na percepção do tempo e os usos do passado. Neste sentido, Manuel Guimarães aponta para uma conjuntura paradoxal nas sociedades contemporâneas onde o presente pretende se apresentar de forma onipresente e massiva como o único horizonte possível, “mas é, igualmente, um presente atormentado pela busca de suas raízes e pelas exigências de uma memória, reformulando constantemente seu projeto de lembrança/esquecimento [...]”(2007,

p. 17) A mesma confiança no futuro, tão presente na constituição da história enquanto ciência no século XIX, agora coloca seu empreendimento voltado para o passado através das políticas de preservação. Para Guimarães, refletir sobre o patrimônio “impõe-nos uma reflexão em torno de uma forma específica das sociedades modernas e contemporâneas lidarem com a experiência do transcurso do tempo e seu resultado para o conjunto das realizações humanas.” (2007, p. 17). Dito de outro modo, em mundo marcado pela sensação de velocidade e fugacidade, as estratégias de lembrar, para além do passado em si, pode nos dizer muito sobre nossa própria relação com o próprio tempo.

## Referências

- BERNER, Juerjem Otto. Ainda o Mausoléu. *Jornal de Santa Catarina*. 17 abr. 1974. Do Povo, p. 2.
- BOCAIÚVA, Jorge. Mausoléu pra que? *Jornal de Santa Catarina*. Blumenau.. 31 mar. 1974a. Do povo. p.2.
- BOCAIÚVA, Jorge. Mausoléu Modesto e de Baixo Custo. *Jornal A Nação*. 12 abr. 1974b. p.2
- BOCAIÚVA, Jorge. Esclarecimento. *Jornal de Santa Catarina*. Blumenau. 16 abr. 1974c. Do povo, p.2.
- CAMPOS, José Nogueira dos. Uma nova novela. *Jornal de Santa Catarina*. 18 de abr 1974. Do povo, p.2.
- FUCKS, Hermann. Culto as tradições e bom senso. *Jornal de Santa Catarina*. 10 ABR. 197. Do povo, p. 2.
- GRUBER, Ademar Hans. Mausoléu pra que? *Jornal de Santa Catarina*. 09 ABRL. 1974. Do povo. p. 2.
- GUIMARÃES, Manoel Luiz Salgado. Representação e Escrita da História. *Anais do Museu Paulista*. v. 15. n.2. jul.-dez. 2007.
- HARTOG, François. Tempo, História e a Escrita da História: a ordem do tempo. *Revista de História* 148 (1º - 2003).
- HARTOG, François. Tempo e Patrimônio. *Vária História*, Belo Horizonte, vol. 22, nº 36: p.261-273, Jul/Dez 2006.

- HEYMANN, Luciana Q. “O *devoir de mémoire* na França contemporânea: entre memória, história, legislação e direitos”. In: GOMES, Ângela de Castro. (org.) *Direitos e Cidadania: memória, política e cultura*. Rio de Janeiro: FGV, 2007 pp. 15-44.
- HERING, Maria Luíza Renaux. *Colonização e indústria no Vale do Itajaí: o modelo catarinense de desenvolvimento*. Blumenau, SC : Ed. da FURB, 1987. 334 p.
- HUYSSSEN, Andreas. *Seduzidos pela memória*. 2. ed. Rio de Janeiro: Aeroplano, 2004. p.24.
- JEUDY, Henri Pierre. *Espelho das cidades*. Rio de Janeiro : Casa da Palavra, 2005. 157 p.
- LE GOFF, Jacques. *História e memória*. 2. ed. Campinas : UNICAMP, 1992.
- MARCHETTI, Marcondes. Mausoléu pra quê? *Jornal de Santa Catarina*. Blumenau. 07 e 8 abr. 1974. *Do Povo*, p.2
- MARASCHINO, Túlio. Da idéia ao mausoléu. *Jornal de Santa Catarina*. 06 abr. 1974. *Opinião e Política*, p. 9.
- NICOCELI, Vanessa. *O Retorno do Colonizador: representações da memória no traslado dos restos mortais de Hermann Blumenau e a construção do Mausoléu Dr. Blumenau*. Trabalho de Conclusão de Curso. FURB. 2009.
- REBLIN JR, Günter. *Representações da modernidade em Blumenau através da filmografia de Willy Sievert (1940-1970)*. 2010. 40 f, il. Trabalho de Conclusão de Curso - (Graduação em História) - Centro de Ciências Humanas e da Comunicação, Universidade Regional de Blumenau, Blumenau, 2010.
- SCHROEDER, Mathias. Mausoléu. *Jornal de Santa Catarina*. 23 abr 1974. *Do Povo*. p.2
- SERVIÇO DE IMPRENSA DA PREFEITURA DE BLUMENAU. Por que construir o Mausoléu? *Jornal de Santa Catarina*. 05 abr. 1974. p.4.
- SILVA FILHO, Frederico da. Mausoléu pra que? *Jornal de Santa Catarina*. 09 abr. 1974. *Do Povo*, p. 2.
- SILVA, Pedro. Mausoléu para que. *Jornal de Santa Catarina*. 19 abr. 1974. *Do povo*, p. 2.
- VOIGT, André Fabiano. *A invenção do teuto-brasileiro*. Tese de Doutorado - Programa de Pós-Graduação em História, Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2008.